



ATA N.º 11/2025

DA 2.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO DE 2025
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 30 DE DEZEMBRO DE 2025

-----No dia 30 de dezembro de 2025, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI, reuniram-se os Membros da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de dezembro de 2025 da mesma Assembleia, cuja 1.ª Reunião se tinha realizado no passado dia 29 de dezembro de 2025 e de que faltam tratar os seguintes Pontos da **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 3 - *Apreciação e votação das propostas das Grandes Opções do Plano e de Orçamento para o ano económico de 2026;*
- PONTO 4 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da proposta referente à Carta Desportiva e da Atividade Física do Concelho de Lagos;*
- PONTO 6 - *Designação de Cidadãos, pela Assembleia Municipal, para integrarem o Conselho Municipal Sénior [alínea o) do n.º 2 do Artigo 4.º do Regulamento do Conselho Municipal Sénior];*
- PONTO 7 - *Eleição de Presidente de Junta de Freguesia representante no Conselho Municipal Sénior [alínea f) do n.º 2 do Artigo 4.º do Regulamento do Conselho Municipal Sénior];*
- PONTO 8 - *Eleição de Presidente de Junta de Freguesia representante no Conselho Municipal de Saúde [alínea c) do n.º 1 do Artigo 5.º do Regulamento do Conselho Municipal de Saúde];*
- PONTO 9 - *Património Histórico do Concelho de Lagos - Classificação - Reabilitação e Divulgação - Assunto indicado pelo Grupo Municipal Singular da CDU (n.º 1 do Artigo 53.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais);*
- PONTO 10 - *Voto de Protesto à Câmara Municipal de Lagos por violação de deveres - Assunto indicado pelo Grupo Municipal do CHEGA (n.º 1 do Artigo 53.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais);*
- PONTO 11 - *Apreciação e votação da proposta de Regimento da Assembleia Municipal para o Mandato Autárquico 2025-2029 e revogação do Regimento em vigor;*
- PONTO 12 - *Apreciação e votação da proposta de criação de Comissões da Assembleia Municipal.*

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, a Sra. Presidente da Mesa, Maria Paula Couto (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Reunião, quando eram 20 horas e 38 minutos, verificando-se as seguintes presenças:



Fl. 177v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca
PS	Eduardo Seabra Carmo Ribeiro
PS	Fábio José Leal Gonçalves (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de São João)
PS	José Manuel da Silva Jácome (2.º Secretário)
PS	Maria João Travanca Gervásio Batista
PS	Maria Manuela Margarido Rodrigues
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto (Presidente)
PS	Patrícia Filipe Fernandes da Silva (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	Rita Sofia Marreiros de Meneses Toste
PS	Rui Manuel Imaginário Maurício (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Rute Alexandra Campos Domingos
PS	Sofia Isabel de Jesus Domingos dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo (1.ª Secretária)
AD	Armando Miguel Simões da Silva
AD	Carlos Miguel dos Santos Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
AD	João Pedro Catarino Campos
AD	Maria João de Lacerda Caetano
AD	Nuno José Nobre Serol Bento Rocha
AD	Rui Filipe Machado de Araújo
CHEGA	Carlos Alberto dos Santos Carmelino
CHEGA	Diná Ester dos Reis Graça
CHEGA	Mário João da Luz Santos
CHEGA	Sandra Maria Francisco Marques de Carvalho Oliveira
LCF	Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins



CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
-----	--

-----ENTROU NO DECORRER DA REUNIÃO, no momento assinalado na Ata, o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
CHEGA	Margarida Maurício Correia

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira - Presidente
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis - Vereador
PSD	Gilberto Repolho dos Reis Viegas - Vereador
PSD	Nuno Pedro dos Santos Borges Marques - Vereador
CHEGA	Paulo Jorge Rosário Dias - Vereador

-----VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA, NESTA REUNIÃO, DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL, a seguir indicado:

PARTIDO	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vice-Presidente

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

-----PONTO 3 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E DE ORÇAMENTO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2026: Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-702-4.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira explicou que, à semelhança dos orçamentos anteriores, este orçamento não fica apenas por 2026 e que atendendo aos PPI que irá prolongar-se para além de 2026. Disse que este orçamento demonstra o que tem vindo a ser feito e lembrou que já havia compromissos assumidos tendo também por base o programa eleitoral do PS e os contributos dos partidos da oposição. Esclareceu que algumas das propostas da oposição iam de encontro ao que era proposto e, após a sua inclusão no orçamento, chegou-se ao documento que foi enviado para a Assembleia Municipal. Referiu que este Orçamento é mais complicado de ser feito uma vez que decorreu recentemente um ato eleitoral que trás um calendário muito apertado e complicado para o elaborar e que, no entanto, cumpre as regras obrigatórias de elaboração de um orçamento.-----



Fl. 178v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção entrou o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DA MEMBRO	HORA
CHEGA	Margarida Maurício Correia	20.40

-----A Sra. Sandra Oliveira (CHEGA) disse que este orçamento está apresentado de forma equilibrada mas que não demonstra continuidade por não ser um orçamento preparado para o futuro revelando falta de ambição. Referiu que na segurança se aposta no reforço policial, na aquisição de meios o que, na sua opinião, é manifestamente insuficiente uma vez que, em 2026, sendo esta uma cidade que é um destino turístico e com grande pressão urbana, a Câmara Municipal ignora a prevenção tecnológica e a videovigilância, sendo uma escolha que deixa o Município de Lagos atrasado relativamente a outros Municípios; relativamente à Saúde disse que a aposta da Autarquia é claramente no Centro de Alta Resolução, nos cuidados de saúde primários, que apesar de ser importante, esquece também o Hospital de Lagos, sendo um apoio simbólico o que é preocupante dado o envelhecimento da população. Relativamente à Educação referiu que o padrão se repete e apenas se vê a requalificação das escolas, uma vez que não é mencionada a construção de novas escolas nem apresentados dados demográficos que justifiquem essa opção. Disse ser um orçamento que está parado no tempo e demonstra uma falta de visão e coragem política para antecipar e prevenir problemas futuros salientando que Lagos precisa de uma gestão presente, de mais ambição e de mais liderança.-----

-----A Sra. Maria João Batista (PS) referiu que as Grandes Opções do Plano estão enquadradas no panorama 2025-2029 e afirma, de forma clara, uma visão política responsável, estruturada e coerente com o futuro do Concelho. Disse estar-se perante um projeto assumido, com prioridades assumidas e com o método de governação através do diálogo sendo, desta forma, possível governar com as GOP porque governar, na sua opinião, é cuidar das pessoas e do território. Destacou o eixo um, das Grandes Opções do Plano, que se refere à comunidade que cuida, cresce e é saudável. Referiu que é a principal linha de exigência, a Habitação, a dignidade e a coesão social. Lembrou que a Habitação é uma das prioridades do executivo que reconhece que a pressão habitacional é um fator que cria enormes desigualdades, de exclusão e que a Câmara Municipal responde com uma estratégia que é muito importante para o planeamento a curto prazo. Lembrou que nas GOP está prevista a articulação da construção, a reabilitação, o arrendamento acessível e o apoio social assumido. Recordou que a habitação é um direito e não deve ser um bem apenas suscetível às regras do mercado. Referiu que esta política é relevante uma vez que condiciona todas as outras e para permitir a fixação dos jovens, a estabilidade das famílias, a atração e retenção de trabalhadores, bem como a coesão territorial do Concelho. Disse que este orçamento demonstra a ambição, responsabilidade, coragem política para enfrentar os problemas, como o da habitação que é um problema complexo e central. Sublinhou que as políticas de proximidade se afastam da lógica assistencialista e apostam nas respostas estruturadas que são permanentes e preventivas. Referiu ainda que as GOP



demonstram o conhecimento da realidade social do Concelho e que é uma intervenção dirigida a todos. Referiu ainda que nas GOP também se tratam assuntos relacionados com a Saúde Mental, inclusão social e a promoção da igualdade de género. Explicou que estas políticas têm o propósito de promoção da autonomia, dignidade e de uma cidadania ativa. Disse ainda que se reconhece que a coesão social não se constrói apenas com apoios pontuais, mas sim, com políticas integradas e sustentadas no tempo. Sobre a saúde e bem estar disse também que surge como prioridade nas políticas transversais. Referiu que o Município de Lagos assume uma visão integrada da Saúde onde se valoriza a prevenção e a promoção de estilos de vida saudáveis. Recordou que a literacia da comunidade é fundamental para educar e, é necessário que haja articulação com as instituições no terreno, sendo o trabalho em rede fundamental para o sucesso. Referiu que os restantes eixos das GOP reforçam simultaneamente uma visão humanista e de futuro. Disse ainda que a Educação, a Juventude e o Desporto são tratados como um investimento no desenvolvimento humano e na identidade local, onde se verifica que a economia é pensada de forma equilibrada, apostando-se na inovação, na qualificação e no turismo mais sustentável. Explicou que o território é um bem a proteger, com especial atenção à sustentabilidade ambiental, à adaptação climática e à governação participativa. Disse considerar que um Município que não foge aos seus problemas mas, assume prioridades, planeia com responsabilidade e coloca as pessoas no centro de ação política demonstrando que Lagos tem rumo, visão e estratégia conjuntamente com a dignidade, coesão e futuro.-----

-----O Sr. Nuno Rocha (AD), relativamente à Polícia Municipal, referiu que é merecido ter instalações condignas e, como está previsto nas GOP, a aquisição e a reabilitação de um edifício para se instalarem, no entanto disse não encontrar no orçamento a rubrica para a aquisição de um novo edifício. Referiu que, quando se pensa que em 2026 estão previstos 100.000 € (cem mil euros) para a aquisição de edifícios, em 2027, 10.000 € (dez mil euros), em 2028, 10.000 € (dez mil euros), em 2029, 1.500.000,00 € (um milhão e quinhentos mil euros), e em 2030, 1.000.855,00 € (um milhão e oitocentos e cinquenta e cinco euros). Disse pensar que os 100.000,00 (cem mil euros) previstos para a aquisição se deve referir a reabilitação, no entanto, para a Polícia Municipal verifica-se que em 2026, para reabilitar, estão previstos cerca de 15.000,00 € (quinze mil euros), em 2027, 20.000,00 € (vinte mil euros), em 2028, 200.000 € (duzentos mil euros) e em 2029, 300.000,00 € (trezentos mil euros), ou seja, mesmo que o edifício seja adquirido em 2026, a Polícia Municipal só ficaria com um edifício reabilitado em 2029 pensando que esta solução não seria a melhor para este serviço. Relativamente à habitação, se se optasse por mudar a localização da habitação, onde a população de Bensafrim preferia, lembrando que já foram gastos 45.000,00 € (quarenta e cinco mil euros), como está referenciado nas GOP e, se para esse projeto estariam previstos gastar-se 2.000.667,00 € (dois milhões, seiscentos e sessenta e sete euros) e que foi adjudicado o valor de 2.000.415,00 € (dois milhões e quatrocentos e quinze euros) mais IVA o que torna difícil de entender nas GOP. Pensa que ainda há a possibilidade de se optar pela defesa do interesse dos Bensafrinenses defendendo-se os interesses financeiros da Câmara



Fl. 179v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Municipal bem como a qualidade de vida na vila. Disse ainda que, se se verificar os custos da habitação, observa-se que todo o investimento está coberto pelos fundos próprios, sem financiamento comunitário e com um empréstimo aprovado no valor de 25.000.000,00 € (vinte e cinco milhões de euros). Relativamente ao Centro Histórico, disse que está a ser negligenciado, devendo-se ter especial atenção e que é necessária a conclusão da 3.ª Fase do Anel Verde para onde está alocada uma verba de 307.500,00 € (trezentos e sete mil e quinhentos euros) questionando se essa verba é suficiente uma vez que vai desde a Rua Infante de Sagres até à Travessa do Cemitério. Relativamente às muralhas e aos Torreões referiu que entre 2026 e 2028 o orçamento prevê o custo de 50.000,00 € (cinquenta mil euros), em 2029, 3.000.000,00 € (três milhões de euros) e em 2030 1.000.950,00 € (um milhão, novecentos e cinquenta euros) perguntando qual era o objetivo da reabilitação das muralhas e dos torreões e como foram alcançados estes valores de fracionamento da despesa. Lembrou que nas GOP estava prevista uma forte intervenção para o Largo Dr. Vasco Gracias e questionou qual era a verba prevista para a requalificação. Sobre o Parque Júdice Cabral questionou qual foi a razão que levou a governação do Partido Socialista, ter deixado o Auditório Municipal e o largo adjacente degradar-se da forma que se encontra atualmente lembrando que se a responsabilidade política também fosse financeira no caso da manutenção dos espaços públicos, essa situação não se deveria verificar. Sobre o Centro de Alta Resolução do Centro de Saúde verifica-se, pelas GOP, que se irão gastar 14.000.139,00 € (catorze milhões, cento e trinta e nove euros), dos quais, apenas 4.000.800,00 € (quatro milhões e oitocentos euros) serão financiados pelo PRR questionando como é que a Câmara Municipal irá pagar a diferença. Relativamente às demonstrações financeiras destacou que, ao nível da receita, estavam previstas receitas do Estado Português no valor de 45.000.000,00 € (quarenta e cinco milhões de euros) e 44.000.000,00 € (quarenta e quatro milhões de euros) de fundos comunitários, no entanto verificava-se que apenas 39.000.000,00 € (trinta e nove milhões de euros) estavam previstos pelo PRR questionando o porquê da diferença de 14.000.000,00 € (catorze milhões de euros), que se sabe que não foram aprovados e questionou o que é que o Estado Central irá financiar. Relativamente ao empréstimo de 25.000.000,00 € (vinte e cinco milhões de euros) disse que no Orçamento não estava prevista a utilização de créditos bancários e questionou como iriam ser financiadas as obras.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF), relativamente à Habitação, sugeriu que fosse possível consultar ou criar uma previsão de novos concursos isso daria mais estabilidade às famílias devendo-se explicar melhor como irão ser feitas as rendas a custos controlados; relativamente ao pós-pandemia disse que os mais jovens devem ser integrados nos programas de Saúde Mental; relativamente à Cultura disse que, para além dos eventos âncora, deveria haver uma programação anual integrada de eventos; relativamente ao Centro Histórico referiu que deveriam haver medidas concretas para a redução do tráfego no centro de cidade; defendeu que deveria ser reativado o Orçamento Participativo onde se fixaria uma percentagem para a participação dos cidadãos na construção do Orçamento; lembrou que Lagos tem três grandes problemas, sendo um deles, a habitação com custos muito elevados provocando um problema de fixação de profissionais essenciais no Concelho nos



vários serviços públicos. Desta forma, por causa deste problema tem sido complicado atrair famílias e tem-se verificado um êxodo dos jovens por falta de habitação a preços acessíveis.-----

-----A Sra. Maria João Caetano (AD) referiu que há um total de 44.467.758,00 € (quarenta e quatro milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, setecentos e cinquenta e oito euros) de fundos comunitários inscritos no Orçamento, estando conforme a previsão de comparticipação na componente de capital das candidaturas aprovadas e submetidas e questionou quais eram as contratualizações feitas e quais eram os valores das mesmas, para a receção destes fundos comunitários. Disse que a AD foi ouvida durante a elaboração deste Orçamento e informou que tinham apresentado vinte e sete propostas para este documento, e que as mesmas não constam, lembrou que o Sr. Presidente tinha dito que o Partido Socialista tinha a maioria e recordou que, apesar ter a maioria nos seus órgãos, o número de votos que foram para a oposição é superior aos conseguidos pelo Partido Socialista.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referiu que se estava a debater uma proposta de Orçamento de 128.000.000,00 € (cento e vinte milhões de euros) e que, com a inclusão do saldo de 2025 poderia alcançar os 160.000.000,00 € (cento e sessenta milhões de euros) o que representa o terceiro maior orçamento da região. Lembrou que o Concelho de Lagos estava a ficar com a população envelhecida que, segundo os censos de 2021, cerca de 24% da população tinha mais de 65 anos. Disse ainda que o Concelho tinha 33.500 (trinta e três mil e quinhentos) habitantes, dos quais, 17.000 (dezassete mil) habitantes têm algum tipo de deficiência. referiu que se deve considerar estes dados e ter mais atenção nestes dois setores. Lembrou que o Grupo Municipal da CDU, há vários anos, apresenta cerca de cem propostas para integração no Orçamento e, este ano, nenhuma foi apresentada neste documento. No entanto há propostas que se arrastam de uns anos para os outros e que se poderia fazer muito mais coisas com este Orçamento. Lembrou que o Concelho tinha problemas de mobilidade e propôs que se fizesse a curto prazo uma repavimentação da cidade, exemplificando. Referiu que com o orçamento que a Autarquia tem daria para se fazer muita obra que é urgente. Indicou o sentido de voto e lamentou que neste documento não se possam fazer alterações e que, com este orçamento, poder-se-ia fazer mais coisas mas que terão de esperar.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira respondeu que a GNR e a PSP não podem ter mais efetivos tratados pelo Município e a autarquia tem oferecido viaturas a estas forças de segurança; relativamente às câmaras de videovigilância explicou que não podia colocá-las a concurso sem que primeiro haja a autorização por parte do Ministério da Administração Interna mas, apesar disso, já se investiu cerca de 1.000.000,00 € (um milhão de euros) em fibra ótica para a implementação do sistema de CCTV; relativamente à Saúde lembrou que o Município não tem competências nos cuidados de saúde primários mas tem-nas relativamente aos edifícios e na sua manutenção, ao contrário dos hospitais onde apenas pode fazer doações ou ajudar na atração de serviços, como foi o caso do Centro Oftalmológico que já se encontra em funcionamento. Uma vez que a gestão cabe à Unidade Local de Saúde do Algarve. Informou que, em colaboração com as



Fl. 180v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

equipas técnicas do hospital, estão a colocar-se projetos para o Concelho, ao nível da saúde, de forma a que se consiga implementar, referiu que o Município estava a preparar-se para adquirir uma viatura para se implementar o apoio domiciliário de forma a se conseguir chegar a todos nos Municípios das Terras do Infante; relativamente à saúde mental disse que se está a tentar implementar o serviço, que tanta falta faz, e que a Autarquia iria disponibilizar um edifício para esse serviço que será protocolada entre as equipas com profissionais da área do hospital e o Município de Lagos; relativamente à Educação respondeu que não estava prevista a construção de nenhuma escola mas que estavam a ampliar e requalificar as escolas de forma a se aumentar a capacidade das escolas, exemplificando; relativamente à Habitação esclareceu que a Estratégia Local de Habitação está aprovada e que, desde o mandato autárquico anterior, se predefiniu o que iria ser feito. No entanto adquiriu-se um terreno que permitirá construir mil habitações, das quais quinhentas serão para vender, e informou que o projeto de urbanização já estava a chegar à fase final; relativamente ao novo edifício para a Polícia Municipal respondeu que só estava definido, para já, a abertura de uma rubrica para a aquisição de um edifício no valor de 100.000,00 € (cem mil euros) e que o valor do imóvel não atingiria esse montante. Explicou que este valor estava definido com base nos 128.000.000,00 € (cento e vinte e oito milhões de euros) deste orçamento e, com a inclusão do saldo de gerência do ano corrente, o mesmo poderia sofrer alterações, sendo que a compra do edifício só iria ser efetuada após a integração do saldo; relativamente a Bensafrim respondeu que o valor do projeto já estava adjudicado com fundos próprios e que os catorze fogos iriam custar cerca de 2.000.415,00 € (dois milhões, quatrocentos e quinze euros) e informou que falta apenas ser assinado o termo de consignação para a obra avançar e, se o Município recuasse teria de indemnizar a empresa contratada, para além disso, tem falado com alguns Bensafrinenses e há quem concorde e quem discorde. Lembrou que o mercado, de dia para dia, está a desaparecer com um café que lá está que, nem sempre, tem a dignidade que deveria ter e informou que nas traseiras do mercado são colocados os lixos das várias lojas locais, tendo a população que se sujeitar a essa situação. Explicou que a colocação daqueles catorze fogos municipais permite que haja uma melhoria e que, no terreno ao lado, iria nascer uma zona verde onde se poderia integrar um estacionamento para viaturas. Relativamente aos fogos explicou que não são geradores de mal estar e os seus inquilinos são obrigados a dar dignidade às habitações, lembrando que uma casa é um bem precioso. Informou ainda que para além dessas habitações sociais estavam a prever também construir a nova sede da Junta de Freguesia e dar uma sede condigna à freguesia e melhorar a zona central da vila; relativamente ao Anel Verde respondeu que o projeto vencedor do concurso de ideias vai ser adjudicado à empresa vencedora, conforme previsto no regulamento, e que os 300.000,00 € (trezentos mil euros) previstos eram para o projeto de execução da terceira fase do Anel Verde. Informou que a primeira fase deste projeto será a de ajuste do Parque Júdice Cabral de forma a se dar coerência a todo o Anel Verde, sendo que o Largo Vasco Garcias seria alvo de um projeto interno onde, primeiramente, deveria ser desativado e posteriormente seria feito um projeto para aquele espaço. Explicou que primeiramente, seria reabilitada a Praça d'Armas e que a seu tempo se chegaria ao



Largo Vasco Garcias e que, entretanto, o projeto de Regulamento e de intervenção de acesso e limite de acesso para todo o Centro Histórico estaria já a ser aplicado permitindo a diminuição da pressão em toda a zona envolvente; relativamente às muralhas e aos torreões respondeu que há alguns anos considerou-se que em conjunto com o Estado Central iriam ser feitas obras de requalificação, disseram que sim, mas só foi financiado 1.000.000,00 € (um milhão de euros), dos 6.000.000,00 € (seis milhões de euros) necessários. Explicou que com este financiamentos intervencionou-se a zona do Jardim da Constituição e uma parte perto da Rua do Jogo da Bola, disse que se os responsáveis políticos do Estado tivessem que pagar pela degradação do património estaria tão falido como o Município, uma vez que se se verificarmos, 90% do património degradado pertence ao Estado Central. Disse que o Estado respondeu que, neste momento, não há quadros comunitários para financiarem estas obras mas que iriam avançar com algumas verbas para que no âmbito do 2030 se pudesse avançar com as requalificações, estando-se a aguardar por esse momento. Informou que se solicitou que o projeto fosse dividido por fases uma vez que, agora, o projeto sairá mais caro do que o que estava previsto inicialmente e foi aí que se percebeu qual era o valor que seria necessário para avançar. Lembrou que, para a Habitação, foi necessário recorrer a 40.000.000,00 € (quarenta milhões de euros) de fundos próprios, apesar de se ter tido o compromisso de haver financiamento, estando-se a passar o mesmo com a reabilitação das muralhas onde não fazem nem financiam as obras. Disse que o Município não iria ter fundos próprios para a intervenção completa das muralhas, no entanto, na 3.ª fase do Anel Verde, numa primeira fase se trataria das muralhas e numa segunda fase concluir-se-ia o Anel Verde; relativamente ao financiamento contratualizado respondeu que os financiamentos orçamentados dizem respeito aos que já estavam contratualizados ou aos que já se tinha submetido a candidatura. Esclareceu que as empreitadas que não tenham contrato assinado estavam a avançar com fundos próprios à medida que haja essa possibilidade. Lembrou que, em setembro de 2024, foi assinada a revisão à Estratégia Local de Habitação e, a partir daí, avançou-se com as candidaturas e se tivessem sido céleres na resposta às mesmas teria sido possível ter lançado todos os concursos em dezembro de 2024, o que faria que os projetos pudessem já ter um avanço de onze ou doze meses, faltando apenas um ano para a sua conclusão. Informou que, caso seja entendido que, pela maturidade do projeto, decidam que o financiamento venha para Lagos o valor gasto por fundos próprios, passa para a rubrica dos fundos comunitários. Lembrou que o Município não tem competência para fiscalizar o valor das rendas aplicadas, mas sim o Estado Português e que tem de se cumprir a lei das rendas; relativamente aos fundos comunitários orçamentados informou que caso os mesmos não sejam recebidos, terá de ser feita uma revisão do orçamento, à semelhança do que foi feito no ano corrente, onde se esperou até à data limite; relativamente à maioria lembrou que os resultados eram apurados através do método de Hondt e, se os resultados fossem outros, as coisas poderiam acontecer de forma diferente lembrando que vence sempre a proposta que tiver mais votos favoráveis. Lembrou que o Estado tem vindo a alterar tudo e, através da CCDR, tem



Fl. 181v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

vindo a remar em sentido contrário à descentralização estando, cada vez mais, o poder nas mãos do Governo; relativamente às propostas apresentadas pelo Grupo Municipal da CDU para o orçamento respondeu que estavam a pugnar para que aconteçam por concordarem com as propostas apresentadas apesar de algumas delas se arrastarem no tempo. Disse que o ano era muito dinâmico e que, por isso mesmo, foi possível avançar-se com a compra do terreno para que se pudessem construir os mil fogos previstos para o Marina Park que veio dar um bom avanço com a questão da habitação. Lembrou que dos 130.000.000,00 € (cento e trinta milhões de investimento, apenas 6.000.000,00 € (seis milhões de euros) vêm do Estado e os restantes, de fundos próprios ou comunitários. Esclareceu que só é possível avançar-se com este projeto uma vez que as receitas próprias do Município, através do IMI e do IMT dão essa folga. Recordou que há muitos Municípios que não o podem fazer, mas que esta Autarquia tem feito de tudo para ultrapassar as adversidades.-----

-----O Sr. Nuno Rocha (AD), relativamente aos fogos de Bensafrim, disse que se houver diálogo e as duas partes estiverem de acordo, poderá não ter grandes consequências financeiras e, mesmo que as haja, face a um orçamento de 128.000.000,00 € (cento e vinte e oito milhões de euros) mais a inclusão do saldo de gerência, seria um prejuízo muito residual. Relativamente à transferência orçamental, referiu que seria uma questão a se refletir, devendo-se optar por uma solução que vá mais de encontro à vontade da população. Relativamente ao Anel Verde disse ter a esperança que avance apesar de não haver datas definidas para a sua execução, o que poderá levar a que só seja no próximo mandato autárquico. Lembrou que, no Largo Vasco Garcias, quem visita o Centro Histórico regularmente, vê a degradação desse espaço e que dá uma má imagem do Concelho a quem nos visita, esperando que possa avançar em 2026. Questionou qual era o custo e o início previsto para o Centro de Alta Resolução. Lembrou que a verba total do PRR para o Município de Lagos era de 39.000.400,00 € (trinta e nove milhões e quatrocentos euros), para a totalidade dos projetos em vez dos 44.000.000,00 € (quarenta e quatro milhões de euros) orçamentados e recordou que um Orçamento deverá ser exato.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) lembrou que há várias formas de se fazer e de empatar projetos e que, depois, se chega à conclusão de que é realmente necessário fazê-los, exemplificando. Referiu que muitas das vezes tem a ver com os próprios serviços e pela falta de vontade política em avançar com os projetos não se percebendo que numa estrutura com mais de mil funcionários não haja nenhum departamento que trate das diversas áreas do Município. Lembrou que a grande parte das propostas do Grupo Municipal da CDU tem feito ao longo dos anos, não necessitava de grandes investimentos, mas careciam de decisão política e do funcionamento da estrutura da Câmara Municipal para levar a cabo estas propostas.-

-----O Sr. Eduardo Ribeiro (PS) lembrou que a atuação do Município, em termos financeiros, passa sempre pelo Tribunal de Contas, ou seja, no que diz respeito aos Contratos Públicos, eventuais adjudicações de obra e todas serão fiscalizadas em sede própria e que, por vezes, não vale a pena insistir. Disse que há entidades próprias para se proceder à análise para darem os respetivos pareceres. Relativamente à construção de habitação, explicou que, por mais que seja difícil de acreditar, o Estado Central avança e recua com as propostas constantemente,



exemplificando. Explicou ainda que um documento como o Orçamento Municipal, onde se fazem as previsões de receita e despesa é normal que se avance ou recue conforme os financiamentos sejam concedidos ou não e, como não é possível controlar o que o Estado Central faz, resta ao Município fazer o melhor que pode em prol do Concelho.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) informou que o voto contra não se trata de um bloqueio, mas sim, de um ato de responsabilidade política, disse que as GOP não combinam com o Orçamento e não demonstram as vontades políticas. Disse que este documento demonstra falta de visão, estratégia e coragem política. Lembrou que, na Habitação, não se vê uma resolução ao problema estrutural das famílias e jovens; na Educação, continuam a não ser tomadas as decisões essenciais para o futuro do nosso Concelho; na Mobilidade continuam os investimentos avulsos; na Cultura repete-se a lógica do evento pontual sem estratégias a longo prazo. Disse ainda que este orçamento se limita a fazer a gestão do dia-a-dia quando Lagos precisa que haja um planeamento, ambição e compromisso com o futuro e que o Concelho precisa de uma visão clara, coerente e transformadora.-----

-----O Sr. Carlos Fonseca (PS) referiu que este documento é claro, coerente e responsável, traduz de forma inequívoca as opções estratégicas do executivo para o Mandato Autárquico 2025-2029. Disse que este orçamento não é de gestão corrente nem de manutenção mas demonstra continuidade com ambição e dá seguimento a projetos estruturantes iniciados anteriormente e, simultaneamente, cria condições para que possa haver investimentos fundamentais futuros sempre com o rigor financeiro, contas certas e respeito pelos contribuintes. Referiu que apesar do contexto instável internacional, o executivo demonstra que sabe governar com responsabilidade, sem desculpas e sem alarmismos e sem abdicar de investir onde é necessário. Disse que este Orçamento tem um valor global de 128.000.000,00 € (cento e vinte e oito milhões de euros) tendo um equilíbrio orçamental plenamente assegurado. Explanou que as receitas correntes superam as despesas correntes em 17.000.000,00 € (dezassete milhões de euros). Referiu que as despesas correntes estavam em 61.000.000,00 € (sessenta e um milhões de euros) enquanto que as despesas de capital estavam nos 67.000.000,00 € (sessenta e sete milhões de euros, dos quais 64.000.000,00 € (sessenta e quatro milhões de euros) correspondem a investimentos efetivos. Disse que estes valores demonstram a opção política de se investir nas pessoas sem comprometer a sustentabilidade financeira do Município. Referiu que em 2026 os investimentos eram feitos para a habitação, ensino básico e na água que são áreas essenciais para a qualidade de vida da população e para a coesão territorial onde tiveram a garantia de financiamento pelo PRR por o Município ter assegurado num conjunto de investimentos inscritos no Plano Plurianual de Investimentos, destacando-os. Lembrou que este documento representa um plano de investimentos reais e de impacto direto na vida da população. Lembrou que os impostos se encontravam todos no mínimo provando-se que é possível investir sem penalizar os munícipes. Reconheceu o mérito político do executivo e dos serviços na captação de financiamento externo que resulta do trabalho executado e da sua visão estratégica, bem como às candidaturas aos fundos



Fl. 182v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

comunitários, assegurando-se uma comparticipação na ordem dos 45.000.000,00 € (quarenta e cinco milhões de euros) sem os quais os investimentos não seriam possíveis e alertou que quem votava contra este documento votava contra o investimento no Concelho.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira respondeu que se a situação referida pelo Grupo Municipal Singular da CDU tivesse sido verificada não teria sido necessário o alerta por parte da Assembleia e hoje estar-se-ia a contratar a mesma situação. Explicou que apesar de se ter mil funcionários, é necessário contratar mais por não haver capacidade de se fazer internamente. Explicou que há áreas onde se está claramente deficitário, enumerando-as. Disse que com os modelos organizacionais dos Municípios o que torna praticamente impossível competir-se com o mercado de trabalho privado e deveriam continuar a ter dificuldades em contratar nalgumas áreas; relativamente a Bensafrim respondeu que o assunto tem estado a ser devidamente analisado mas que essa reivindicação deveria ter sido feita mais cedo porque, nesta altura já é difícil voltar atrás, informando que está sempre disponível para o diálogo. Relativamente ao Centro de Saúde esclareceu que teriam de fazer uma boa reflexão sobre o assunto porque ao se assumir um compromisso com o Centro de Saúde o mesmo terá de ser concretizado e recordou que, atualmente, é necessário dar dignidade à instituição uma vez que a unidade deixou de ter capacidade para atrair mais médicos de família. Referiu que o Algarve conseguiu a vitória de inserir novas unidades de cuidados de saúde primária no PRR onde foi dito pelas técnicas da Saúde que deveriam ser suficientes 5.000.000,00 € (cinco milhões de euros) mas, entretanto, esse valor disparou para os 20.000.000,00 € (vinte milhões de euros) o que levou a que o concurso fosse a baixo e por isso ser necessário fazer outro. Informou que Tavira já tinha adjudicado a empreitada à cerca de um mês e, mesmo assim, correm o risco de não serem financiados por não conseguirem terminar a obra até junho de 2026 e que o Município de Lagos face a não se conseguir concluir a nova unidade de saúde teria de repensar o projeto. Lamentou que o país não estivesse preparado para o PRR e lembrou que todo o equipamento deveria ser instalado pela antiga ARS e agora ninguém quer falar do assunto.-----

-----A Sra. Sandra Oliveira (CHEGA) lembrou, que apesar do centro de alta resolução, do Centro de Saúde ser uma obra importante corre-se o risco de ser uma obra megalómana para o Concelho, uma vez que, Lagos precisa de mais zonas de convalescença, reabilitação e cuidados de proximidade do que de um equipamento que não tenha garantia de sustentabilidade nem de recursos humanos.-----

-----O Sr. Nuno Rocha (AD) lembrou que as contas passam sempre pelo Tribunal de Contas e que o Regimento em vigor da Assembleia Municipal prevê que o Auditor Externo que certifica as contas no Município esteja presente para dar algumas informações sobre as contas previsionais. Questionou ainda se os 25.000.000,00 € (vinte e cinco milhões de euros) do empréstimo contraído iriam ser utilizados o mesmo que essa verba não consta no Orçamento.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira respondeu que essa verba não podia estar em orçamento por ainda não se ter obtido o visto do Tribunal de Contas. Lembrou que a intenção do Município de Lagos é não utilizar a verba e que



o Governo Central tinha dito que iria ser 100% financiado e, caso isso não aconteça, aí sim se utilizará esse financiamento para cobrir os projetos adjudicados.-----
-----Posto isto, foi colocado a votação o Ponto Três da Ordem do Dia: **GRANDES OPÇÕES DO PLANO E DE ORÇAMENTO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2026**, que obteve o seguinte resultado:

	PS	AD	CHEGA	LCF	CDU	TOTAL
VOTOS A FAVOR	13	0	0	0	0	13
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	1	1
VOTOS CONTRA	0	6	5	1	0	12

-----**DELIBERAÇÃO N.º 158/AM/2025:**

-----**Deliberado**, por maioria, com 13 votos a favor (13 do PS [Carlos Fonseca, Eduardo Ribeiro, Fábio Gonçalves, José Jácome, Maria João Batista, Maria Manuela Rodrigues, Maria Paula Couto, Patrícia Silva, Rita Toste, Rui Maurício, Rute Domingos, Sofia Santos, Sónia Melo), 12 votos contra (6 da AD [Carlos Vieira, João Campos, Maria João Caetano, Miguel Silva, Nuno Rocha, Rui Araújo], 5 do CHEGA [Carlos Carmelino, Diná Graça, Sandra Oliveira, Margarida Correia, Mário Santos] e 1 da LCF [Ana Margarida Martins]) e 1 abstenção da CDU (José Manuel Freire), aprovar a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano económico de 2025, que inclui a apresentação dos objetivos estratégicos por eixos de desenvolvimento para o Município de Lagos, o Plano Plurianual de Investimentos, as Atividades Mais Relevantes e os anexos conforme o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais; o Mapa de Repartição de Encargos; o Orçamento Municipal para o ano económico de 2026, no montante de 128 674 060,00€ (cento e vinte e oito milhões, seiscentos e setenta e quatro mil e sessenta euros); o Mapa de Pessoal e o Plano de Formação. Tudo isto nos termos do disposto na alínea a) e o) do n.º 1 do Artigo 25.º, do Anexo I, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 22 de dezembro de 2025.-----

-----O Grupo Municipal da LCF apresentou a seguinte Declaração de Voto: “1. Introdução política O Grupo Singular Municipal Lagos com Futuro vota contra as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento do Município de Lagos para 2026 por considerar que estes documentos não respondem aos principais desafios estruturais do concelho, não estabelecem prioridades políticas claras e revelam uma profunda desconexão entre o discurso estratégico e as opções orçamentais efetivamente assumidas pelo Executivo. Este voto contra é um ato de responsabilidade política e democrática, assente na convicção de que Lagos precisa de mais do que intenções genéricas: precisa de decisões claras, investimento estruturante e visão de futuro. 2. A rutura entre GOP e Orçamento: um problema político, não apenas técnico As GOP deveriam definir o rumo político do concelho, enquanto o Orçamento deveria materializar esse rumo em escolhas financeiras claras. No entanto, os documentos apresentados para 2026 não funcionam como “irmãos gémeos”, mas como peças autónomas e desalinhadas. Esta rutura impede a



Fl. 183v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Assembleia Municipal de: - Avaliar prioridades reais; - Medir compromissos; - Fiscalizar a execução política do executivo. Estamos perante uma opção política consciente que fragiliza o escrutínio democrático. 3. Habitação: o maior problema social sem resposta estrutural. A habitação é hoje o principal problema social do concelho de Lagos. Jovens, famílias da classe média, trabalhadores essenciais - tanto do setor público como do privado - e até muitos idosos enfrentam sérias dificuldades no acesso a uma habitação digna, a preços compatíveis com os seus rendimentos. Estima-se que existam perto de 2.000 famílias a necessitar de uma solução habitacional, seja para arrendamento, seja para aquisição a preços moderados, uma dimensão que dificilmente poderá ser resolvida apenas pela Câmara Municipal. Contudo, da leitura articulada das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2026, não se identifica qualquer estratégia estrutural e de longo prazo para responder a esta crise. Não são apresentados modelos alternativos nem soluções inovadoras, como, por exemplo, a criação de parcerias com empresas de construção económica, ecológica ou modular, capazes de desenvolver projetos habitacionais que permitam reduzir os custos de construção e, consequentemente, os preços finais da habitação em Lagos. A ausência de uma estratégia séria e consistente para a habitação no concelho de Lagos ao longo das últimas duas décadas produziu consequências profundas e hoje inegáveis. A política seguida privilegiou quase exclusivamente a construção dirigida ao segmento mais elevado do mercado, com habitações a preços inoportáveis para a maioria das pessoas que vivem e trabalham em Lagos. Jovens, famílias da classe média e trabalhadores essenciais - incluindo profissionais dos serviços públicos, da saúde, da educação, do comércio e do turismo - estão sistematicamente excluídos do acesso à habitação. Mesmo quando têm emprego estável e qualificações, não conseguem comprar nem arrendar casa a preços compatíveis com os seus rendimentos. O resultado é um êxodo silencioso mas contínuo de jovens e famílias, forçados a abandonar o concelho para viver em municípios limítrofes, noutras regiões do país ou no estrangeiro. Lagos perde população jovem, qualificada e ativa, perde capacidade económica, enfraquece a vida comunitária e compromete seriamente o seu futuro demográfico e social. Perante esta realidade, é particularmente grave constatar que nos documentos das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Município de Lagos não existe qualquer referência estruturada a esta situação, nem uma estratégia clara para a enfrentar. Esta omissão revela uma postura política de negação do problema - um verdadeiro “assobiar para o lado”, como quem esconde a cabeça na areia, esperando que a crise da habitação se resolva sozinha. Não se identificam metas, programas ambiciosos, soluções inovadoras ou parcerias estratégicas que permitam inverter este ciclo. Não se assume o problema, não se mede a sua dimensão real e não se apresenta um caminho credível para garantir habitação acessível a quem quer viver e trabalhar em Lagos. Esta atitude tem custos elevados: aprofunda desigualdades, fragiliza a economia local, aumenta a dependência de trabalho precário e sazonal e transforma Lagos num território cada vez menos acessível para quem o constrói todos os dias. Ignorar a crise da habitação não é uma opção neutra - é uma escolha política. E é uma escolha errada. Sem uma mudança



clara de paradigma, Lagos continuará a perder uma geração inteira de pessoas com competências, vontade de participar e ligação ao território. Resolver a habitação é uma condição essencial para garantir um futuro justo, sustentável e verdadeiramente inclusivo para o concelho. Acresce que, após a recente contração de um empréstimo no valor de 25 milhões de euros, destinado à construção de pouco mais de 200 fogos, torna-se legítimo questionar a sustentabilidade financeira do Município para continuar a responder ao problema através de novos endividamentos. Perante esta realidade, permanece sem resposta a questão central: qual é, afinal, o plano da Câmara Municipal para garantir habitação acessível em Lagos de forma consistente, duradoura (longo prazo) e financeiramente responsável? Apesar da gravidade desta situação: - As GOP apresentam intenções vagas, sem metas claras; - O Orçamento não revela um programa robusto de habitação municipal; Não existe um plano plurianual claro para aumentar significativamente o parque habitacional público. Fala-se de habitação, mas não se assume uma estratégia política à altura da crise que vivemos. 4. Educação: respostas adiadas e problemas agravados. Na área da educação, os documentos ignoram problemas estruturais já identificados: - Escolas sobrelotadas; - Falta de equipamentos escolares adequados; - Ausência de investimentos estruturantes devidamente calendarizados. A 27 de fevereiro de 2023, foi apresentada nesta Assembleia Municipal a Moção Conjunta Pela Construção da Nova Escola EB 2/3 no Concelho de Lagos, subscrita pelos Grupos Municipais LAGOS COM FUTURO, CHEGA, PSD, CDU e BE. A moção identificava, com grande detalhe técnico, social e demográfico, a necessidade urgente de reforçar a rede escolar do concelho através da construção de uma nova escola EB 2/3, conforme previsto na Carta Educativa aprovada em 2018. Os argumentos apresentados fundamentavam-se em dados oficiais sobre: - Crescimento populacional constante, reforçado nos Censos 2021; - Pressão sobre o parque escolar, já então saturado, com taxas de ocupação próximas ou superiores a 100%; - Turmas sobrelotadas, chegando aos 30 alunos; - Conversão de gabinetes e salas de trabalho em salas de aula, prejudicando a qualidade pedagógica; - Falta de capacidade nas escolas EB 2/3, obrigando as escolas secundárias a acolher centenas de alunos do 3.º ciclo, reduzindo a sua capacidade de se dedicarem às valências científico-humanísticas e profissionalizantes; - Exemplos críticos, como o Centro Escolar da Luz, que abriu já incapaz de absorver toda a procura; - Tendências demográficas que indicavam, e continuam a indicar, o aumento previsível da população escolar nos próximos anos, destacando em especial o crescimento acelerado no pré-escolar. A moção que foi aprovada por maioria, concluía, de forma inequívoca, que a alternativa apresentada pela Câmara Municipal - ampliação das atuais escolas - seria uma solução paliativa, dispendiosa, morosa e incapaz de dar resposta às necessidades a médio e longo prazo, além de gerar constrangimentos graves à comunidade educativa durante a execução das obras. A inexistência de uma aposta clara em novas infraestruturas educativas demonstra uma política de gestão do problema, e não de resolução. O futuro das crianças e jovens de Lagos exige mais ambição e compromisso político. 5. Mobilidade e espaço público: discurso moderno, prática insuficiente. As GOP



recorrem frequentemente a conceitos como “mobilidade sustentável” e “cidade amiga das pessoas”. No entanto, o Orçamento não acompanha esse discurso com investimentos coerentes. Persistem: - Problemas graves de circulação; - Falta de alternativas eficazes ao automóvel; - Insuficiência de investimento em transporte público; - Intervenções avulsas no espaço público, sem estratégia integrada. A mobilidade continua a ser tratada de forma reativa, e não como eixo estruturante da qualidade de vida urbana. 6. Cultura: identidade valorizada no discurso, secundarizada no orçamento. Lagos afirma-se como cidade de cultura, património e criatividade. No entanto, no Orçamento de 2026: - A cultura não surge como prioridade estratégica; - Falta investimento estruturado e continuado; - Os agentes culturais continuam dependentes de apoios pontuais. Sem financiamento consistente, a cultura permanece num plano secundário, quando deveria ser um pilar do desenvolvimento económico, social e identitário do concelho. 7. Ambiente e coesão territorial: intenções sem compromisso - Embora se multipliquem referências à sustentabilidade e ao ambiente, não se encontram nos documentos: - Metas ambientais claras; - Investimentos estruturantes na adaptação às alterações climáticas; - Uma estratégia sólida de equilíbrio entre a cidade e as freguesias rurais. A coesão territorial continua a ser invocada, mas não concretizada. 8. Um modelo de governação que não acompanhamos. Os documentos apresentados refletem um modelo de governação: - Centralizado; - Pouco transparente; - Avesso a compromissos verificáveis; - Que reduz o papel da Assembleia Municipal a um órgão de ratificação. O Grupo Municipal Lagos com Futuro defende exatamente o contrário: planeamento sério, prioridades claras e respeito pelo debate democrático. 9. Conclusão política: Lagos enfrenta desafios profundos que exigem coragem política e visão estratégica. As GOP e o Orçamento para 2026 falham nesse desígnio. Este voto contra não é um voto contra Lagos, mas um voto a favor de um futuro melhor, assente em decisões claras, investimento estruturante e governação transparente. 10. Declaração final de voto: Pelos motivos expostos, o Grupo Singular Municipal Lagos com Futuro vota contra as Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Município de Lagos para 2026, reafirmando a sua disponibilidade para colaborar na construção de documentos verdadeiramente coerentes, ambiciosos e alinhados com as necessidades reais da população.”-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 05 minutos, a Sra. Presidente da Mesa, Maria Paula Couto (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 15 minutos.-----

-----**PONTO 4 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-702-6.-----

-----A Sra. Maria João Caetano (AD) referiu que a recolha dos bioresíduos já deveria estar a funcionar e ainda se encontra em fase embrionária e que, em 2026, ainda se pretende introduzir os serviços de compostagem gradualmente. Disse que ainda não há nenhuma referência ao projeto de Regulamento Municipal da gestão da



Recolha de Sólidos Urbanos conforme a legislação em vigor. Referiu ainda que não viu nenhuma referência à limpeza urbana e que a mesma deveria ser fiscalizada eficazmente.-----

-----O Sr. Carlos Carmelino (CHEGA), relativamente às obras no Estádio Municipal, questionou qual era o motivo de ainda não se ter colocado o relvado, quando iriam terminar as obras e quais as obras que estão e vão ser feitas.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referiu que nos últimos dias houve duas boas notícias para o Concelho que foi a classificação do D. Rodrigo que há décadas que o Município tem reivindicado e a questão das ilhas de compostagem onde foi celebrado um contrato e lembrou a proposta aprovada à mais de uma década; relativamente à Arte Xávega questionou se havia algum desenvolvimento; relativamente aos concursos abertos, referiu que há um grande número de contratos que ficam desertos e questionou se se sabe qual é o motivo que leva a este número tão elevado de concursos desertos e quais são as medidas tomadas para combater este problema.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) elogiou o elevado detalhe descritivo das atividades por serviço, o reforço claro de atendimento ao munícipe, uma situação financeira estável, um prazo de pagamentos reduzido e sem pagamentos em atraso e uma margem de endividamento elevada. No entanto referiu que, apesar destes aspetos positivos, verifica-se o exagero da descrição que, por si só, é pouco avaliadora, verifica-se a ausência de indicadores de desempenho, falta de comparação com anos anteriores e a falta de ligações às prioridades políticas. Disse ainda que apesar deste documento cumprir a lei, não permite que a Assembleia Municipal fiscalize a ação da Câmara Municipal. Relativamente à limpeza urbana, na Praça d'Armas disse deparar-se diariamente com o problema da recolha dos resíduos sólidos e também os pontos de reciclagem. Questionou qual era a previsão para que os lixos deixem de ser colocados à porta e informou que as ruas do Centro Histórico são escorregadias, sujas e mal cheirosas e tendo em conta que o Centro Histórico é visitado por todos torna-se desagradável; relativamente à habitação solicitou a informação de quantos fogos foram construídos e entregues neste mandato e quantos estão em construção e questionou se existia um Plano Municipal de Habitação com prazos e metas definidos ou se estava a fazer caso a caso.-----

-----A Sra. Sandra Oliveira (CHEGA) questionou quais são os indicadores e as medidas para combater o envelhecimento da população e como é que avaliava a resposta do Município na área de saúde local.-----

-----A Sra. Maria João Batista (PS) congratulou o Município pela credenciação do Museu pela Rede Portuguesa de Museus que decorreu no dia 4 de novembro de 2025 no seguimento do despacho da Sra. Ministra da Cultura que vem atestar a qualidade e o cumprimento das suas funções museológicas. Disse que esta distinção demonstra que o investimento contínuo do Município de Lagos tem estado a dar os seus frutos. Congratulou ainda o Município, pelo prémio alcançado nas ODS2025, na categoria de Boa Prática Individual, como incentivo à reabilitação do cordão dunar na Meia Praia sendo, esta distinção, a valorização do trabalho de desenvolvimento no âmbito da proteção litoral da preservação ambiental e na



Fl. 185v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

promoção da sustentabilidade que reflete o compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento sustentável bem como a defesa do território e das comunidades. Destacou o Programa de Prevenção e Auxílio do Litoral que, resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal, os Bombeiros e a Autoridade Marítima Nacional, entrou em funcionamento no dia 04 de julho de 2025 e permite reforçar a segurança, o socorro e a assistência aos banhistas que frequentam as nossas praias. Lembrou que Lagos já tinha turistas o ano todo e que este programa permite que as praias estejam vigiadas o ano todo. Lembrou que durante 2025 já houve cerca de oitenta e quatro ocorrências até ao mês de novembro o que demonstra o investimento do Município em prol das pessoas. Saudou a Autarquia pelo prémio recebido, no âmbito do programa da Bandeira Azul, pela ação ambiental pela instalação de placas informativas sobre as micro algas invasoras à entrada das zonas balneares visando fazer a educação ambiental, a comunicação inclusiva bem como a sua tecnologia; relativamente ao Desporto referiu que estava de novo em funcionamento o programa Crescer em Movimento que está direcionado para as crianças e que a retoma das sessões para as IPSS como o CASLAS e para a Santa Casa da Misericórdia de Lagos. lembrou que este projeto esteve parado cerca de treze anos e que o Município voltou a investir, apostar e retomou o seu funcionamento. Explicou que este programa, atualmente, tem a participação de 627 crianças e que representa um esforço no apoio social, desportivo e educativo para as crianças do nosso Concelho. Relativamente à Cultura destacou que, ao longo dos anos, Lagos tem se afirmado como um destino cultural de referência e lembrou que o Algarve, através do seu património, pelo dinamismo dos seus equipamentos e pela diversidade de eventos. Disse que se está a refletir o Plano Estratégico para a Cultura apresentado em abril de 2024 onde se previa uma descentralização cultural no Município, exemplificando; relativamente às redes sociais disse que a informação tem chegado aos lacobrigenses por esta via e questionou se já foi pensado nalgum projeto para a preservação da Arte Xávega.-----

-----A Sra. Margarida Maurício (CHEGA) questionou se estava previsto o controlo e a fiscalização das esplanadas durante o verão uma vez que as esplanadas dificultam a circulação de peões e dos veículos de emergência nas zonas pedonais com grande afluência.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, relativamente à separação do lixo, respondeu que é uma obrigação que está a ser imposta ao Município e, com o apoio da ALGAR, está a avançar-se com as IPSS estando a compostagem a funcionar, no entanto, informou que por falta de equipamento tem sido difícil avançar na sua implementação. Referiu que seria possível se o projeto fosse intermunicipal e se a ALGAR tratasse do assunto para tratar dos bioresíduos em toda a região. Explicou que o Município tem feito uma pré-recolha e, dentro das dificuldades deste processo tem sido um sucesso e informou que os Regulamentos iriam avançar dentro das exigências da União Europeia; relativamente à limpeza urbana respondeu que não estava assim tão mal, apesar de haver situações pontuais e focos mais complicados, na sua generalidade está a correr bem. Explicou que há quem não cumpra as regras e tente colocar os lixos fora dos horários estipulados e, para que não seja possível identificá-los, colocam a alguma distância da sua porta, 18



mas que a Polícia Municipal e o serviço de fiscalização têm andado em cima da situação, chegando a mexer no lixo para se descobrir quem incumpre as regras de forma a se levantar os autos para ver se se começa a respeitar os horários. Disse ainda que, no verão, o Centro Histórico, produz mais lixo e se toda a gente respeitasse a deposição do lixo em balde e respeitasse os horários, a situação estaria mais controlada; relativamente à lavagem das ruas, lembrou que no passado mês de agosto havia pouca água armazenada e por isso não se lavava tantas vezes as ruas, apesar de ter chovido e, atualmente, segundo a Ministra ter dito que já se tinha água suficiente para os próximos quatro anos; relativamente às obras no Estádio Municipal, esclareceu que era da responsabilidade da Lagos-Em-Forma, Gestão Desportiva, E.M, e que foi adjudicada para a substituição integral do campo número um e pensava que entre janeiro e fevereiro estivesse concluída; relativamente ao D. Rodrigo explicou que o IGP já foi atribuído e que, para que o processo fique concluído, ainda falta ser certificado pela União Europeia e pensa que esta designação é muito boa para a cidade e, sobretudo, para as doceiras que têm continuado a tradição e levado o bom nome de Lagos além fronteiras; relativamente aos concursos desertos respondeu que é uma preocupação do Município e explicou que a situação começou nos Municípios mais pequenos e que agora se tornou numa situação transversal e que se tem verificado que quando há uma margem considerável para a deslocação da empresa à obra há concorrentes e, caso contrário, não há concorrentes. Disse que no Algarve a situação é mais complicada e, no caso das quatro construções previstas, só concorreu uma empresa local e, no caso dos fogos de Santo Amaro já concorreram mais empresas por já ser uma obra maior. Explicou que o ritmo de construção verificado no país é muito elevado e não se dá vazão, referiu que se as empresas espanholas tivessem uma filial em Portugal poderiam concorrer, o que não acontece. Lembrou que Lagos tem a Estratégia Local de Habitação e a Carta Municipal da Habitação, elaborada em conjunto com a Faculdade de Arquitetura de Lisboa, onde se tem um cronograma a longo prazo que define tudo; relativamente à área da Saúde e do envelhecimento da população lembrou que já existia o Conselho Municipal Sénior e que o programa Saúde em Movimento estava direcionado para essa comunidade, recordou que Lagos tem um Gabinete para a Pessoa Idosa onde têm o apoio social e psicólogos. Explicou que o Município de Lagos tem uma estreita relação com a Santa Casa da Misericórdia de Lagos e, com este gabinete interno, tem-se feito programas de proximidade para a ocupação dos idosos. Informou que, recentemente, a Câmara Municipal recebeu-os com programas, onde está prevista uma atividade intensa para que a ação física, mental, psicológica e ativa sejam consideradas, podendo sempre fazer-se mais; relativamente à área de saúde local respondeu que o Hospital de Lagos não é falado pela sua dimensão lembrando que os hospitais que abrem têm sempre falta de meios; sobre o Centro de Saúde referiu que faltam cerca de cinco ou seis médicos acompanhados por enfermeiros para que se possa abrir outra USF e, desta forma, reduzir o número de utentes sem médico de família o que, fisicamente, seria complicado fazer nesta unidade de saúde. Informou que, para a criação da USF Lacóbriga foi necessário que os técnicos do Município fossem ao Centro de Saúde,



Fl. 186v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

onde criaram as condições para abrir uma nova USF que tem desempenhado um serviço de excelência, disse que Lagos precisaria de, pelo menos, mais uma USF para que os problemas fossem minimizados. Lembrou que no Algarve havia três hospitais públicos e que, apesar de se querer sempre mais, cada hospital tem a sua dimensão e que é preocupante que o Hospital Central, em Faro, não tenha reunidas as condições que deveria, por ter por falta de meios, lamentou que o hospital de Lagos não tivesse uma maior capacidade e disse achar que o Algarve, na Saúde, estava muito mal servido e que havia um desrespeito por parte de Lisboa, que finalmente deu luz verde para a construção de um novo hospital central, referiu que é lamentável que hajam pessoas a morrer em Faro pela falta de especialidades e lembrou o que tem acontecido com os serviços de ginecologia e obstetrícia que têm envergonhado a região e o país. Afirmou que todos os agentes da Saúde têm culpa desta situação. Disse que para que se possa ter uma equipa de urgência básica é necessário pelo menos uma equipa de médicos e respetivas equipas e que o Sr. Presidente do Conselho de Administração garantiu que iria ser criada a cirurgia em ambulatório, mas que, até ao momento, isso ainda não aconteceu. Sobre a urgência básica lamentou que faltassem especialidades mas que não havia essa capacidade; relativamente à acreditação do Museu de Lagos demonstra o trabalho que tanto nos orgulha e que os núcleos Dr. José Formosinho e dos Escravos, têm feito um excelente trabalho e informou que pretendia que as obras do núcleo de arqueologia retomassem em breve; relativamente ao projeto conjunto com os Bombeiros, na área da prevenção, referiu que tem uma componente de nadadores salvadores para a época não banear e veio mostrar ser um projeto de excelência e agradeceu o trabalho da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lagos pelo trabalho desenvolvido e informou que o protocolo que estava a ser elaborado para os próximos anos previa que os nadadores salvadores fizessem parte da corporação de bombeiros para que seja possível vigiar as praias do Concelho durante todos os dias do ano; relativamente à Arte Xávega, lamentou o falecimento do Sr. José da Glória Santos e disse que esta arte tinha de perdurar apesar do seu falecimento. Informou que à cerca de seis meses se estava a trabalhar em conjunto com a Associação de Moradores do Bairro 1.º de Maio e a família do Mestre Zé Bala, com o qual se tem um protocolo praticamente fechado onde se pretende desenvolver a Arte Xávega de forma a se preservar esta tradição; relativamente às esplanadas respondeu que as mesmas estavam de acordo com o Regulamento de ocupação da via pública e que há alguns incumprimentos que resultam em multas e, nalguns casos, é retirada a esplanada; relativamente à questão das ambulâncias informou que sempre que tiverem de passar, passam, e caso não seja possível, as macas conseguem ir ao local para se poder auxiliar as pessoas.-----

-----A Sra. Sandra Oliveira (CHEGA) clarificou que não se estavam a referir apenas às ambulâncias mas também aos carros de bombeiros em caso de incêndio, como já aconteceu anteriormente, devendo haver mais fiscalização e dever-se-ia criar um número limite de cadeiras e mesas que as esplanadas podem ter, passando-se o mesmo com os expositores de roupa; relativamente à limpeza urbana disse que faltam ilhas ecológicas uma vez que, no Verão, principalmente junto aos restaurantes, as existentes, não têm a capacidade suficiente para a quantidade de lixo



depositado e lembrou que falta haver a lavagem e desinfeção dos contentores que, apesar da falta de água, deveria ter um sistema alternativo de modo a que seja mais higiénico ir aos contentores. -----

-----O Sr. Nuno Rocha (AD) referiu que a taxa de execução do PPI que, em 2024, já tinha sido baixa com apenas 33% de execução, e em 2025, ainda foi mais baixa, com apenas 14% de execução, não se entendendo esta taxa com um orçamento tão bom. Lembrou que as obras na Escola das Naus, que começaram em 2025, obteve aprovação do PRR 22 de março de 2022 sendo a sua conclusão prevista para o dia 30 de junho de 2026, no entanto, apenas foi adjudicada em abril de 2025. Disse que se as coisas tivessem sido feitas de outra forma, poderiam ter corrido melhor e, em termos comparativos, a obra na CHESGAL que foi adjudicada por 14.000.000,00 € (catorze milhões de euros) e as obras de requalificação e ampliação da Escola das Naus custaram 12.000.000,00 € (doze milhões de euros) e questionou, tendo em conta estes valores, se não teria sido melhor construir uma escola em vez desta ampliação; relativamente à água, lembrou que será sempre um problema gravíssimo no Algarve porque quando houver maior densidade populacional haverá problemas se houver grandes secas, recordou que foram aprovados três financiamentos pelo PRR onde, em janeiro de 2023 foi aprovado ao Município de Lagos cerca de 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil euros) para a reabilitação do Reservatório R3, foi adjudicada em setembro de 2023 e, até ao momento, ainda não se iniciou e enumerou várias situações idênticas. Lamentou, que na habitação, o Município de Lagos tenha sido demasiado lento para fazer as candidaturas e agora se tenha de utilizar os fundos próprios por já não ser possível recorrer aos fundos comunitários, bem como à verba disponível da Resolução do Conselho de Ministros previstos para o financiamento até 2030, disse que houve falta de visão, incapacidade de planeamento e incompreensão da situação habitacional no Concelho de Lagos que, ao contrário de outros Municípios que submeteram as candidaturas atempadamente, exemplificando. Lamentou que, apesar da Câmara Municipal, ter conhecimento da realidade, não estava preparada para estes fundos comunitários levando a que o Município tivesse de recorrer aos fundos próprios e ao financiamento bancário e recordou que o preço pelo metro quadrado é dos maiores do país e, por estes atrasos terem acontecido, a Autarquia teria um esforço financeiro muito superior. Referiu que havia três empreitadas adjudicadas à mesma empresa e, atendendo à falta de mão de obra, questionou se não iriam haver atrasos e, caso aconteçam, se a Câmara Municipal tem prevista alguma penalização em termos contratuais lembrando que a empreitada na Travessa do Cemitério já dura há bastante tempo, sendo um bom exemplo de que as coisas não são feitas rapidamente. Questionou se havia um planeamento para a definição das zonas de pressão urbanística, lembrou que atualmente Lagos já tinha 5942 alojamentos locais e disse que, face ao preço de mercado, Lagos não é uma zona acessível a todas as pessoas e que, caso não haja uma zona de pressão urbanística também não poderia haver uma lista de prédios devolutos e que paguem o triplo do IMI. Questionou se a Câmara Municipal estava a autorizar alojamentos locais em zonas que passaram de comercial para habitacional; relativamente às esplanadas disse que, na época alta,



Fl. 187v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

quem passa pelo Centro Histórico, vê as dimensões das esplanadas que, muitas vezes, não cumprem com o Regulamento de Ocupação da Via Pública e condicionam ainda mais a mobilidade de quem lá passa, por não haver espaço para passar, no entanto caso se reclame junto da Câmara Municipal respondem que está tudo bem, disse ainda que, no Centro Histórico, para além deste problema das esplanadas verifica-se o estacionamento abusivo, bem como o total desrespeito pelas zonas de cargas e descargas, questionou se a Polícia Municipal estava a desempenhar a sua função, porque, antigamente, quando se ligava para a PSP, eles passavam por lá e resolviam a situação, já para a Polícia Municipal, por mais que se ligue, não há ninguém que atenda o telefone. Disse achar estranho que num trimestre apenas tenha havido dezoito multas de estacionamento e apenas uma multa a esplanadas. Recordou que era necessário haver um Ordenamento do Centro Histórico para que se possam tomar medidas para resolver os problemas que duram à cinquenta anos.--

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) referiu que este documento não é avaliativo, embora seja muito descritivo e disse que gostaria que a documentação tivesse a avaliação dos vários tipos de atendimento efetuados pelo Município; sobre a Polícia Municipal disse que o número de contraordenações é muito reduzida face à densidade turística e urbana e questionou se isso se deve à falta de meios; relativamente à fiscalização questionou quais foram as medidas tomadas nas áreas do alojamento local, uso abusivo do espaço público, ruído e falta de civismo. Questionou quantos fogos de arrendamento acessível foram construídos e entregues, bem como quantos estão em fase de construção. Questionou o porquê de se ter uma execução do PPI tão baixa e quais as consequências disso para os projetos em curso. Questionou ainda como é que a Assembleia Municipal pode avaliar a Informação Escrita sem uma avaliação nem uma síntese política clara que possa facilitar a devida fiscalização e se aceitaria mudar o modelo do documento de forma a que a Assembleia Municipal possa fazer o seu trabalho.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) lembrou que o doce D. Rodrigo ficou classificado como D. Rodrigo do Algarve, estando Lagos e Tavira como criadores deste e, segundo a história deste doce, o D. Rodrigo era o Governador do Algarve e aquando da sua apresentação em Lagos as freiras do convento das Carmelitas confeccionaram este doce e denominaram-no de D. Rodrigo, neste sentido questionou se o Município estava satisfeito com este primeiro passo que foi dado.---

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira respondeu, relativamente ao D. Rodrigo, que a denominação do D. Rodrigo de Lagos não foi possível por não poderem associar um doce a um Concelho e agradeceu à equipa que tornou isto possível e à Associação ADRA, com as doceiras que permitiram a certificação deste doce. Lembrou que há vários Concelhos que também produzem o D. Rodrigo ficando atribuído a toda a região e que Lagos continua a divulgá-lo como se fosse uma marca de Lagos, achando que é um grande passo para a região; relativamente à taxa de execução do PPI, respondeu que os projetos cabimentados, que são mais de 50%, eram mais importantes do que a taxa de execução e que tinha mais de 20.000.000,00 € (vinte milhões de euros) em obras adjudicadas. Informou que para se abrir concurso são necessários entre seis e sete meses, explicou que se tinha cerca de ano e meio para se fazer o projeto e cerca de seis meses para adjudicar uma



empreitada e que tem de se respeitar o código da contratação pública que, à semelhança da saúde, necessita de ser reformada. Explicou que era impossível fazer-se um projeto habitacional em apenas três anos; relativamente ao Centro de Saúde respondeu que foi um projeto que foi feito em tempo recorde e, só após ano e meio foi possível fechar-se o projeto de execução, informou que o concurso ficou deserto, perdendo-se cerca de dois anos com uma verba acoplada de cerca de 12.000.000,00 (doze milhões de euros) sem que se possa fazer nada, exemplificando. Informou que o IHRU tem apenas três funcionários para gerir mais de cinquenta mil casas e, enquanto na construção privada, ao fim de dois anos e meio, já tem o dinheiro no bolso, no setor público demora-se esse tempo só para adjudicar a empreitada; relativamente ao cumprimento dos prazos pelo vencedor do concurso, referiu que alertava que deveriam estar atentos à legislação em vigor e garantiu que iriam conseguir construir as quatro empreitadas e, caso não cumpra, se fará tudo o que a lei permitir mas que estava contente de ter ganho uma empresa de Lagos e lembrou que em três dos concursos só havia esse concorrente. Lembrou que quando o PRR veio para cima da mesa ainda estava tudo por fazer, explicou, relativamente ao Parque Industrial, que não estava previsto colocar-se lá a fibra ótica sem financiamento, para o qual se teve de elaborar os projetos. Relativamente às escolas referiu que já se tinha feito algum trabalho no que diz respeito às obras de ampliação e reabilitação da Escola das Naus onde o projeto levou cerca de dois anos, à semelhança do que se estava a passar com o projeto das obras de ampliação e de reabilitação da Escola Tecnópolis, o que também acontece nos projetos de habitação. Informou que, na chegada do PRR, já haviam projetos que estavam já com o estudo prévio feito e, noutros casos, ainda faltava fazer esse estudo que demora cerca de seis a sete meses. Lembrou que apenas o IHRU sabia de todas as Estratégias Locais de Habitação de todo o país e lembrou que o IHRU pediu para que fossem enviadas as candidaturas todas ao financiamento para as Estratégias Locais de Habitação, que chegaram a mais de cinquenta mil fogos e só tinham dinheiro para vinte e seis mil fogos onde as candidaturas poderiam ser enviadas quando as empreitadas estivessem devidamente adjudicadas. Explicou que essa situação também podia acontecer no caso de haver maturidade nos processos, à semelhança do que acontece com o CRESCe e com o POSEUR e que constavam nas regras do PRR e exemplificou os critérios do IHRU. Lembrou que o Município de Lagos tinha o contrato sobre a revisão da Estratégia Municipal de Habitação, que tinha sido solicitada pelo Sr. Presidente do Conselho Diretivo do IHRU mas que ainda não foi devolvido ao Município devidamente assinado, o que acontece em todo o país e, numa reunião entre o Sr. Secretário de Estado e os dezasseis Municípios do Algarve, na CCDR, todos se queixaram do mesmo problema, exemplificando e lamentou que só se conseguia avançar com o recurso a fundos próprios, o que deixava os Municípios mais pequenos para trás.-----
-----O Sr. Nuno Rocha (AD) disse desconhecer a lei e questionou quais eram as penalizações previstas em caso de incumprimento e quanto mais tempo teriam de esperar. Lamentou que os requerimentos continuassem sem resposta e lembrou que num requerimento enviado pelo Grupo Municipal da AD foram solicitados os



Fl. 188v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

processos completos das candidaturas ao PRR, ao qual, se respondessem, poderiam ter tido uma resposta e não se perderia tanto tempo a discutir o assunto e conseguiram fazer o seu trabalho; relativamente aos prazos disse que houve Câmaras que conseguiram fazer e outras que não e pensava que tinha tudo a ver com o PRR, sendo que, os anteriores Governos facilitaram os processos. Disse ainda que o Grupo Municipal da AD tudo faria para que a Câmara Municipal fizesse o que tem de fazer. Solicitou que a Câmara Municipal, aquando dos pedidos de informação, responda ao que é solicitado de forma a que possam fazer o seu trabalho.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) informou que, face à falta de resposta por parte do Sr. Presidente, iria enviar as questões por escrito e requerer uma resposta.--

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) aconselhou que o Sr. Presidente da Câmara estudasse o que se passou no caso da Escola Tecnopólis onde o projeto foi feito em apenas trinta dias.-----

-----**PONTO 5 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA REFERENTE À CARTA DESPORTIVA E DA ATIVIDADE FÍSICA DO CONCELHO DE LAGOS:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-702-7.-

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira informou que esta Carta foi feita com o apoio de uma associação que tem dado um grande apoio no âmbito das Cidades Amigas do Desporto e dos Jovens, para que se fizesse um levantamento dos equipamentos disponíveis no Município e, a partir daí, fazer-se um conjunto de propostas de planos de ação para se poder fazer melhorias e ampliação dos equipamentos. Explicou que este documento, depois de aprovado, passar-se-á à prática de forma a dar ao Município uma componente desportiva tanto para o associativismo desportivo como aos clubes locais. Agradeceu e reconheceu o trabalho desenvolvido, bem como à Lagos-Em-Forma, Gestão Desportiva, E.M., S.A., como aos serviços técnicos no desenvolvimento e aos Agrupamentos Escolares no desenvolvimento da atividade física e disse que pretendia que o Desporto fosse quase que uma obrigação a prática efetiva.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) informou que a proposta para a elaboração da Carta Desportiva foi apresentada pela CDU na Câmara Municipal e foi aprovada, por unanimidade, na reunião do dia 3 de maio de 2023; referiu que este documento é importantíssimo por ter um levantamento rigoroso da situação e que seria um documento muito útil para que se possa trabalhar, quer na questão prática como na de equipamentos. Sugeriu que fosse aprofundada a questão da deficiência, por esta população já ter um volume grande, e é um assunto que deveria ser trabalhado. Disse ainda que Lagos tem vindo a perder a experiência de realizar provas nacionais e internacionais, lembrando a atividade de outros Municípios da região e lembrou que a atração destes eventos também atraem atletas para as várias modalidades. Questionou se o Município poderia contribuir com isso, e se pretendia dinamizar o desporto olímpico. Questionou ainda quando é que seriam elaboradas as Cartas Municipais da Ação Social e da Saúde.-----

-----A Sra. Maria João Caetano (AD) questionou se os técnicos que acompanham as crianças têm formação pedagógica para trabalhar com as crianças.-----



-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) lembrou que os jogos tradicionais também têm uma componente física sendo importante ter-se uma referência mais aprofundada sobre a sua dinamização bem como o fomento da sua prática.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira respondeu que o documento poderia ser mais extenso e, relativamente ao desporto adaptado, referiu que poderia estar mais desenvolvido mas que tem havido um incentivo muito grande, por parte do Município e pelos clubes, para que seja uma modalidade tendo-se obtido um grande sucesso nalgumas delas como na Ginástica e no Ténis de Mesa. Informou ainda que a NECI estava a trabalhar num projeto de desporto adaptado com os seus alunos que também tem tido sucesso. Salientou que se estava a trabalhar no sentido de o desporto ser para todos. Relativamente às competições respondeu que se tem trabalhado de modo a não se ultrapassar certos limites financeiros por haverem clubes que queiram gastar muito dinheiro sem se ter um retorno do mesmo. Explicou que os torneios internacionais devem deixar a sua marca, exemplificando. Informou que a política do Município de Lagos tem sido a de apoiar todas as modalidades desportivas; relativamente à queixa que o Grupo Municipal da AD referiu respondeu que, nos serviços, não tinha havido quaisquer queixas em quaisquer áreas desportivas sugerindo que lhe façam chegar a reclamação e lembrou que cada clube tem de ter um coordenador técnico credenciado que faça a parte desportiva em cada clube e a respetiva direção que faz a devida gestão, na qual a Autarquia não se mete mas exige que tenham a formação adequada.-----

-----A Sra. Maria João Caetano (AD) disse que a reclamação se devia à linguagem utilizada pelos técnicos que leva a motivação ou à desmotivação face à maneira com que são tratadas.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira respondeu que há mais de dois mil atletas inscritos e, pode haver melhor ou pior educação mas que se o Município souber de situações de conflito alerta o clube para resolver a situação e, caso não o faça, o apoio ao clube é retirado.-----

-----Posto isto, foi colocado a votação o Ponto Cinco da Ordem do Dia: **PROPOSTA REFERENTE À CARTA DESPORTIVA E DA ATIVIDADE FÍSICA DO CONCELHO DE LAGOS**, que obteve o seguinte resultado:

	PS	AD	CHEGA	LCF	CDU	TOTAL
VOTOS A FAVOR	13	0	5	0	1	19
ABSTENÇÕES	0	5	0	1	0	6
VOTOS CONTRA	0	1	0	0	0	1

-----**DELIBERAÇÃO N.º 159/AM/2025:**

-----**Aprovado**, por maioria, com 19 votos a favor (13 do PS [Carlos Fonseca, Eduardo Ribeiro, Fábio Gonçalves, José Jácome, Maria João Batista, Maria Manuela Rodrigues, Maria Paula Couto, Patrícia Silva, Rita Toste, Rui Maurício, Rute Domingos, Sofia Santos, Sónia Melo), 5 do CHEGA [Carlos Carmelino, Diná Graça, Margarida Correia, Mário Santos, Sandra Oliveira) e 1 da CDU [José Manuel Freire]), 1 voto contra da AD (Miguel Silva) e 6 abstenções (5 da AD [Carlos Vieira,



Fl. 189v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

João Campos, Maria João Caetano, Nuno Rocha, Rui Araújo] e 1 da LCF [Ana Margarida Martins]), a Carta Desportiva e da Atividade Física do Concelho de Lagos proposta por esta Câmara Municipal aprovada em Reunião Pública de Câmara realizada no dia 22 de dezembro de 2025.-----

-----**PONTO 6 - DESIGNAÇÃO DE CIDADÃOS, PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL SÉNIOR [ALÍNEA O) DO N.º 2 DO ARTIGO 4.º DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL SÉNIOR]:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-702-8.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 160/AM/2025:**

-----**Designados**, pela Assembleia Municipal, conforme o disposto na alínea o) do n.º 2 do Artigo 4.º do Regulamento do Conselho Municipal Sénior, os seguintes cidadãos, que integrarão o Conselho Municipal Sénior: - António Manuel Rodrigues; - Jorge Manuel Matinhos Cristino; - Maria Antónia da Conceição Marreiros Candeias; - Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos; - Mário João da Luz Santos.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por voto eletrónico e por Grupo Municipal representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim a Sra. Presidente da Mesa, Maria Paula Couto (PS), após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 5 de janeiro de 2026, às 20.30 horas, hora regimental, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI, no Ponto 7 da Ordem do Dia, eram 0 horas e 7 minutos, da madrugada do dia 31 de dezembro de 2025, tendo declarado encerrada esta Reunião, da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo, 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevo e assino juntamente com a sua Presidente, Sra. Maria Paula Dias da Silva Couto.-----
